

Considerações acerca dos conceitos de território e meio ambiente urbano

Heleniza Ávila Campos¹

RESUMO

Através deste artigo, busca-se apresentar alguns apontamentos teóricos acerca do conceito de território e sua implicação na constituição do meio ambiente urbano. As concepções de *meio ambiente urbano* e *técnica*, considerados neste trabalho como conceitos-chave no âmbito do planejamento urbano e regional, encontram-se historicamente atreladas às práticas territoriais humanas, constituindo-se a cidade contemporânea como todo, um sistema de objetos e ações que a compõem, a sua expressão mais direta, entendendo que a técnica, para além da tecnologia, o domínio do conhecimento da ciência e da informação, ou seja, uma técnica científico-informacional.

ABSTRACT

CONSIDERATIONS ON THE CONCEPTS OF TERRITORY AND URBAN ENVIRONMENT - This article aims at presenting some theoretical approaches to the concept of territory and its implication in the constitution of the urban environment. The conceptions of urban environment and technique, considered as important basis on theoretical discussion and practices of urban and regional planning, are historically connected to human territorial practices. Contemporary cities consist of complex compositions of objects and action systems. We understand that technique, beyond technology, is the domain of scientific knowledge and information, in other words, a scientific-informational technique.

Keywords: Territory; Urban Environment; Regional and Urban Planning.

¹ Arquiteta, Doutora em Ciências Geográficas pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC/RS.

Introdução

Os pontos para discussão neste artigo concentram-se sobre um tema recorrente em diversos campos disciplinares: os conceitos de território e desenvolvimento. Especificamente, busca-se apontar alguns aportes teóricos convergentes capazes de nortear distintas perspectivas acerca do entendimento sobre o território urbano, entendendo em sua base territorial, a cidade, como uma complexa articulação entre sistema de objetos e ações.

O presente artigo pauta-se em dois momentos. O primeiro, toma como principal eixo a construção teórica dos conceitos de 'território', sendo apontadas as principais vertentes: a política, a econômica e a culturalista, através das quais se buscou esboçar uma breve referência ao conceito central de território, ao mesmo tempo em que se tentou contextualizá-lo historicamente, desde as primeiras discussões sobre o tema. Em um segundo momento, concentra-se o olhar sobre as cidades contemporâneas enquanto marcos territoriais estratégicos de articulação entre os processos mais globais da sociedade e as vinculações mais particularizadas manifestas pelos grupos sociais ou mesmo indivíduos.

I O conceito de território e suas vertentes na Geografia Humana

É preciso considerar alguns aspectos relativos, em primeiro lugar, a forma de perceber as particularidades do território e às relações sócio-espaciais a eles associadas - ou seja, as territorialidades, elas variam de acordo com alguns condicionantes, tal como a escala geográfica, os agentes sociais focalizados e suas práticas espaciais específicas, tanto quanto as referências teóricas valorizadas pelo pesquisador segundo a corrente à qual pertence ou privilegia. Em segundo lugar, ao tratar de relações entre indivíduos/grupos e espaço, a noção de territorialidade também se faz alvo de interesse de outros campos disciplinares, o que permitiu, no desenvolvimento do trabalho, alguns breves passeios por distintas referências interdisciplinares.

O termo território provém do latim *territorium* significando "pedaço de terra apropriado". Originalmente, há a associação de três idéias à palavra: a de dominação (expressão de força e/ou poder dos indivíduos ou grupos sociais), de área dominada (recorte espacial onde se projeta a dominação) e de limites (materiais ou imateriais).

Senecal (1992) identifica duas tendências nas publicações científicas recentes sobre território: a primeira anuncia o declínio das identidades locais, aproximando-se do que Cara (1995) aponta como a influência global como condicionante para a formação de novas territorialidades. Neste sentido, alguns olhares mais radicais prevêem o fim dos territórios sob a força da "estandardização" niveladora das diferenças espaciais de referência e o quadro de vida da sociedade.

A segunda tendência ressalta a capacidade da sociedade de possuir e expressar as suas representações, os símbolos, a partir da revalorização da dimensão local e do cotidiano, que tem produzido uma nova e rica convergência interdisciplinar, numa forma de entender e dar significado à sua própria história e seu ambiente, tendo por resultado

a expressão de uma identidade ao mesmo tempo espacial e comunitária. Estas duas formas de interpretar os territórios encontram nas cidades o seu ponto de convergência, diante da sua natureza dinâmica e complexa.

O conceito de território diz respeito igualmente a uma extensão terrestre, no entanto, inclui uma relação de poder sobre o espaço, necessária para a manifestação destes atores sociais. Para Raffestin (1980, p. 144), território é o espaço apropriado, onde se projetou o trabalho humano, revelando relações marcadas pelo poder. Sem querer discutir ou aprofundar qualquer reflexão sobre espaço, visto que este não é o propósito deste trabalho, importa apenas compreender que o espaço pré-existe ao território, sendo a sua necessária base material.

O território está vinculado não apenas à noção de *propriedade* da terra, como a idéia de poder e posse podem sugerir, mas à sua *apropriação*, associada ao controle por parte de instituições ou grupos sociais sobre um dado segmento do espaço. Esta é a perspectiva privilegiada pela Geografia Política e pela Geopolítica.

A 'apropriação' pode também derivar das práticas espacializadas por grupos distintos definidos segundo atributos, como renda, raça, religião, sexo, idade, ou ainda outros, como, por exemplo, os que privilegiam os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares. A forma de organização e apropriação do espaço definida pelos grupos sociais pode tornar o território mais ou menos atrativo ao acesso de novos agentes, tanto quanto ao investimento e ao consumo, alterando-se ao longo do tempo. O conceito envolve, assim, as múltiplas formas de apropriação do espaço, segundo os grupos sociais, estando relacionado à forma de observar a ocupação do espaço por objetos, atividades, indivíduos, classes ou outros grupos sociais.

Enquanto espaço apropriado, o território também constitui-se em base geográfica da existência social, ou seja, é uma forma de expressão das relações sociais no espaço, através de ações e comportamentos dos indivíduos ou grupos que o constituem². Um território caracteriza-se pelas suas particularidades que o distinguem do contexto em que se insere, mas também necessita manter relações e trocas com outros territórios, a partir das quais tornam-se evidentes suas diferenças. Desta forma, a dimensão territorial só tem sentido ao se contrastar com outras dimensões, decorrendo deste contraste o exercício de poder e dominação (BRUNET, 1990).

A dinâmica territorial, ou seja, o conjunto de interações possíveis entre os projetos da sociedade sobre o seu território constitui-se em um dos principais pressupostos de sua permanência ao longo do tempo. Dentro desta perspectiva, o território pode ser analisado segundo três aspectos diferentes, embora articulados: o físico, o organizacional (social) e o existencial (Le BERRE, 1983).

O primeiro aspecto refere-se à faceta física do território, ou seja, as configurações territoriais, com suas propriedades físicas específicas, observáveis na paisagem. Estas

² Segundo Andrade (1995, p. 19), existem algumas diferenças conceituais entre as ciências naturais e sociais no que se refere ao entendimento da idéia de território. Nas ciências naturais, território diz respeito à área de influência e dominação de uma espécie animal que exerce o domínio da mesma, de forma mais intensa no centro e que perde esta intensidade ao se aproximar da periferia, onde passa a concorrer com domínios de outras espécies.

propriedades podem ser subdivididas em duas categorias: naturais, ligadas aos efeitos da localização, para os quais se deve considerar os elementos naturais, suas potencialidades e limites; materiais, associados aos diferentes e múltiplos tipos de uso que a sociedade atribui a seu solo.

A dimensão organizacional diz respeito ao papel dos agentes sociais na definição e na gestão dos territórios, a partir de diferentes atribuições, competências, sejam elas estratégicas ou táticas. Assim, o modo como os grupos se estruturam, as regras internas estabelecidas, as formas de controle de inclusão e exclusão aos territórios são determinantes para seus comportamentos dentro do próprio território, com suas margens fronteiriças e ainda com seu exterior.

Já o caráter existencial corresponde à identidade territorial: estabelecer simplesmente uma denominação a um território constitui uma das primeiras formas de apropriação de um grupo social sobre o espaço, criando uma associação direta e afetiva, com importante significado de pertencimento para o grupo, sendo muitas vezes desnecessários limites físicos pré-estabelecidos. Outros aspectos subjetivos, ligados aos sentimentos dos grupos em relação ao seu território, também podem reforçar o significado do território para o grupo, a ponto de, mesmo não havendo mais a disponibilidade do espaço físico, permanecer o vínculo simbólico entre os participantes do grupo.

Assim, todo território social é um fenômeno imaterial ou simbólico porque é produto de relações sócio-espaciais, podendo ser analisado desde os reflexos sobre os sentidos humanos que condicionam estas relações, passando pelas representações até a territorialização, ou seja, a produção dos territórios (BAREL, 1986, p. 133).

Toda sociedade tem seu território, aliás, diversos territórios, numa rede de comunicação complexa e dinâmica, pois se constituem na diferenciação das identidades coletivas em distintas escalas geográficas: a nação, a região, o município, o bairro. Raffestin (1980, p. 158) já associava o território a malhas, redes e nós. As articulações entre estes elementos são responsáveis pela construção de combinações territoriais que cristalizam energia e informação no espaço geográfico, ao mesmo tempo em que representam importante papel como instrumentos utilizados pelos grupos humanos na preservação de sua alteridade. As formas de abordar a diferenciação das manifestações humanas, segundo as práticas territoriais abordadas e seus respectivos agentes considerados, são distintas. Segundo Costa (1995, p. 63), há três vertentes básicas na Geografia que abordam o conceito de território:

1.1 A vertente política

Esta é a vertente predominante, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal. O exercício de poder estatal, qualquer que seja a sua origem, natureza ou funcionamento, é medido pela eficácia de controle territorial que o Estado garante, mediante meios físicos e morais de que dispõe. No entanto, o sentimento de pertencimento a um território não pode ser imposto aos indivíduos, nem nasce espontaneamente, mas implica na realimentação histórica de uma dinâmica de troca de atitudes entre Estado e Sociedade.

Como já foi dito, o conceito de território dentro de uma perspectiva política na Geografia vem sendo utilizado desde o século XIX, com destaque para Ratzel no que se refere à organização, gestão e controle dos territórios nacionais pelo Estado. Ratzel (1898-1899), analisando a tendência de expansão territorial das cidades na Alemanha no final do século passado, afirmava que a sociedade era o elemento intermediário entre Estado e território, sendo, portanto esta a razão das relações sociais com o território afetarem diretamente a natureza do Estado (MENDONZA, 1982, p. 200).

Mas foi, sobretudo, a partir do final da 2ª Guerra Mundial que o tema ganhou novo impulso, momento em que houve um esforço conjunto dos países desenvolvidos do Ocidente - marcadamente vinculados ao sistema capitalista - para promoverem a recuperação econômica mundial. O modelo de desenvolvimento dominante naquele momento foi o 'fordismo', que surgia como modo de produção alternativo e mais eficaz do que os princípios tayloristas introduzido na primeira metade do século XX³. O modo de regulação⁴ do fordismo caracteriza-se, entre outros aspectos, pela ampliação expressiva do papel do Estado, na regulação econômica e nas suas formas de intervenção através de políticas públicas⁵. Esta participação do Estado nas decisões sobre o território nacional teve repercussões diretas no espaço urbano, inspirando análises sobre o papel destas políticas estatais na definição e transformação do território nacional.

No amplo quadro de retração da economia internacional - ainda reflexo das crises energética e financeira a partir da década de 1970, a década de 1980 é marcada por perspectivas de uma 'nova ordem mundial' (questionável, para alguns autores), preconizada como um novo modo de produção - a especialização flexível - em função da crise do fordismo, repercutindo entre outros aspectos, no declínio do poder de intervenção e decisão estatal, no âmbito econômico do território⁶.

Os anos 1990 foram marcados, sobretudo, pela constatação de que os efeitos do processo de desenvolvimento não corresponderam ao desejado. A desestruturação do Estado, enquanto fomentador do desenvolvimento urbano, por exemplo, promoveu a

³ Sobre as diferenças entre os princípios taylorista e fordista, ver: LEBORGNE & LIPIETZ, 1990, p. 20.

⁴ Entende-se por modo de regulação a "combinação das formas de ajustamento das antecipações e dos comportamentos contraditórios dos agentes individuais aos princípios coletivos do regime de acumulação". Estas formas de ajustamento podem incluir tanto hábitos culturais quanto formas institucionais (LEBOURGNE & LIPIETZ, 1988, p. 12-29).

⁵ Outros aspectos característicos do modo de regulação fordista são os seguintes: formas estáveis de relação de trabalho e regularidade dos salários; formas de relações entre bancos e firmas capazes de melhor absorver a contínua transformação do aparelho técnico; uma forma específica de criação da moeda: a moeda de crédito, emitida pelos bancos em função das necessidades da economia, sob controle do Banco Central (LEBOURGNE, D. e LIPIETZ, A. *op. cit.* 1990, p. 20).

⁶ Algumas das principais características deste modelo tecnológico alternativo, ainda em processo de desenvolvimento nos países centrais, são as seguintes: a incorporação de cada vez mais informação nas distintas áreas das empresas impõe ajustes na organização da produção e nos meios de utilização dos recursos humanos; o equipamento flexível e a orientação do processo organizativo baseados em tecnologia e em informação respondem mais adequadamente (em tempo, custo e qualidade) a demandas diferenciadas; transformações tecnológicas do processo e organização do trabalho; forte pressão para a desregulação do mercado de trabalho; são estabelecidos com maior intensidade contatos e vínculos com outras firmas capazes de assegurar o acesso a tecnologia e know how externos (VERNA, 1996, p. 65-79).

diminuição do seu poder de ação, abrindo espaço para a articulação e participação de outras instâncias políticas e jurídicas reguladoras do Estado e de novos agentes na reorganização dos territórios. A recente revalorização do território/territorialidades concomitante à descentralização político-administrativa tem produzido a conquista de uma maior autonomia de outros atores sociais para além do poder de controle estatal.

1.2 A vertente econômica

Esta vertente destaca a desterritorialização em sua perspectiva material-funcional, como produto espacial entre classes sociais e da relação capital-trabalho (COSTA, 1995, p. 63). A lógica de integração/diferenciação territorial é inerente ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

Também no pós-guerra, a formação das grandes empresas transnacionais abriu um novo campo de abordagem sobre o território, discutindo as formas de conquistas de novos espaços e mercados para os serviços e produtos destas corporações. De fato, algumas empresas possuem tanto ou mais poder de decisão que alguns governos nacionais sobre o território.

Storper (1990), por exemplo, analisa o papel da industrialização mundial no processo de desenvolvimento nacional e regional, sobretudo a partir do início dos anos 1970, com a intensificação do comércio globalizado e da competição entre mercados, trazendo, como já exposto, um novo modo de produção (STORPER, 1990, p. 120). Para este autor, essa nova estrutura global, mesmo que venha a impor novas regras no jogo de mercado, reforça algumas respostas tipicamente nacionais e regionais, garantindo assim a permanência de algumas diferenciações particulares dos territórios.

Nas estruturas de mercado, o domínio de certos grupos econômicos manifesta-se através da sua capacidade em criar estruturas produtivas regionais diferenciadas, articuladas em redes e com forte poder de decisão sobre a localidade, região, ou nação em que se encontram, a partir das práticas espaciais destes grupos. Práticas espaciais entendidas enquanto ações localizadas no espaço, através das quais são viabilizados os diversos projetos dos mais diferentes agentes sociais, assim como a administração e o controle da organização espacial (CORREA, 1992).

As práticas espaciais das grandes empresas operam, portanto, verdadeiros processos de "produção de territórios" dentro do espaço geográfico que lhes serve de suporte (no sentido de constante transformação e criação de parcelas dentro do mesmo), dando-lhe um caráter diverso e dinâmico e com repercussões na estrutura econômica de cada país.

1.3 A vertente cultural(ista)

Esta abordagem tem ganhado espaço nas discussões sobre território, priorizando a sua dimensão simbólica e mais subjetiva, onde o território é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço. A ênfase aqui é dada à escala do lugar, valorizando as microterritorialidades.

O caráter dialético das relações sócio-espaciais é responsável pela produção e reprodução do espaço e da sociedade, sendo necessário perceber e valorizar, tanto a

multiplicidade da dimensão "doméstica" e "cotidiana" do mundo contemporâneo, como ao mesmo tempo, ter em conta uma concepção global de sociedade.

Na Geografia, a corrente humanista, principalmente a partir dos anos 1950, tem justificado e reforçado este sentimento de pertencimento ao território, através da ênfase nos aspectos subjetivos das relações humanas e suas relações espaciais. De fato, a Geografia humanista mantém, por um lado, uma perspectiva antropocêntrica e, por outro, um enfoque holístico da realidade, tendo como filosofia de suporte a fenomenologia, com algumas contribuições do existencialismo e da hermenêutica.

Foi, sobretudo, a perspectiva fenomenológica de Husserl acerca do espaço que forneceu as bases estruturais que influenciaram filósofos, como Heidegger e Merleau-Ponty, fundamentando posteriormente, de forma direta ou indireta, alguns trabalhos da geografia humanista, como os de Buttimer, Tuan e Relph. Husserl, o qual se baseia no fato de que a consciência se orienta em um mundo de experiências vividas, sempre objeto de uma comunicação com a pluralidade de sujeitos por onde transitam os sentidos da experiência - o 'mundo da vida'. Este significa o mundo existente antes do nosso nascimento, vivenciado e interpretado por outros indivíduos. O 'mundo da vida' ou 'mundo vivido' (*Lebenswelt*) é, portanto, definido como aquilo que se toma como pressuposto, constituindo a própria experiência cotidiana, através dos fatos fenomenológicos e das comunicações intersubjetivas, ou seja, aquelas comuns a todos (GOMES, 1996, p. 116-123).

Schutz (1979) aprofundou o estudo sobre o mundo vivido, o qual compreende os seres humanos com toda ação e interesse humanos, seus trabalhos e sentimentos, numa relação recíproca de troca entre o homem e o meio. No mundo da vida cotidiana, é possível a realização dos propósitos humanos a partir da dominação e modificação do meio. No entanto, o mundo da vida, enquanto objeto de ações e interações, também oferece resistência às mudanças, sendo necessário "vencê-lo", ou a ele submeter-se, voluntária, ou involuntariamente. Ou seja, a forma de constituir um território parte de uma relação dialética entre homem e meio, onde as mudanças e resistências existem em ambos os lados.

Conceitos tais como lugar e topofilia, trabalhados a partir das experiências vividas pelos indivíduos ou grupos sociais com o espaço de vivência, são valorizados por alguns autores que entendem o território não apenas em seu sentido material e visível da apropriação do espaço pelos atores sociais, ele é em si o próprio construtor da identidade territorial num processo cotidiano (MELLO, 1993).

Estes enfoques distintos, embora não tão recentes, têm sido retomados e apontam para a necessidade de aproximar a lente da realidade vivida na cidade, sem negar estruturas mais gerais da sociedade: as transformações da cidade são entendidas não apenas como resultados passivos da globalidade social, mas também em suas relações cotidianas. Os métodos que abordam a percepção ambiental e as representações apontam para indicadores e aproximações metodológicas para captar as territorialidades do cotidiano.

No entanto é importante deixar claras as diferenças conceituais entre lugar e território. Lugar é aqui definido como centro de significado e foco de vinculação 'emocional' para o homem, sempre se referindo a um espaço concreto e limitado, com características bem definidas. Tradicionalmente, os lugares haviam sido estudados a partir das perspectivas histórica e literário-artística, faltando, contudo, análise sistemática dessa realidade no

cotidiano atual. Com Tuan (1984), os lugares passam a ter uma dimensão existencial no próprio cotidiano experienciado e, assim, dão caráter e conteúdo ao espaço, "humanizando-o".

As diferentes possibilidades de abordar o território apontam para caminhos metodológicos mais distintos que a complexa e dinâmica realidade. No caso específico das cidades, expressão concreta de processos sociais, representa uma forte conexão do território com o espaço, principalmente com o processo de urbanização decorrente da Revolução Industrial (GEIGER, 1994, p. 236).

2. As implicações das transformações do meio ambiente urbano em "espaços usados"

O mundo aparece como primeira totalidade, empirizada por intermédio das redes. (...) A segunda totalidade é o território, um país ou Estado - uma formação socioespacial - (...) resultante de um contrato e limitada por fronteiras. (...) O lugar é a terceira totalidade, onde fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta. (...) As redes são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e, de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo (SANTOS, 2004).

Seguindo as palavras de Santos (2004), as cidades, inseridas em suas diversas escalas mundiais, regionais ou locais, enquanto pontos de articulação de movimentos e sedimentação de populações, mercadorias e idéias, estabelecem novas formas de agrupamentos, relações sociais, econômicas, culturais. Assim, as cidades enquanto territorializações, estão inseridas como nós de articulação entre o sistema-mundo globalizado e os espaços das experiências vividas dos "lugares" particularizados. O espaço urbano ganha essa expressão por ser reflexo tanto de ações que se realizam no presente, como também das decisões do passado e que deixaram marcas impressas nas formas espaciais presentes. O condicionamento deste espaço urbano se dá através do papel que os objetos e obras fixados pela sociedade no meio ambiente - as 'formas espaciais' - desempenham na reprodução da própria sociedade. No entanto, é importante destacar o que se está entendendo por meio ambiente.

O conceito de *meio ambiente urbano* tem sido alvo de interesse dos diversos campos disciplinares das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e da Natureza. Na Sociologia, por exemplo, meio ambiente urbano é entendido por Beck, Giddens & Lash (1997) como um sistema de interação em que a Natureza é transfigurada pela ação humana. Já na Ecologia, Odum (1985) apresenta os sistemas urbanos enquanto sistemas complexos, que se diferenciam dos naturais por apresentarem metabolismo muito mais intenso, com grandes fluxos de materiais e energia e, conseqüentemente, grande dispersão destes. Para efeito de construção do aporte teórico necessário neste artigo, considera-se meio ambiente como o conjunto de relações entre os seres humanos e a Natureza, sendo esta já transformada pela ação direta ou indireta da sociedade através de suas estratégias de ocupação do espaço, dos adensamentos populacionais, e das atividades humanas.

O meio ambiente urbano é aqui entendido como as formas mais visíveis deste processo de transformação da relação sociedade-natureza, sendo um sócio-ecossistema aberto, ou seja, não limitado em si mesmo. O espaço construído do meio ambiente urbano resulta da profunda e permanente adequação às necessidades humanas em suas diversas dimensões, sobretudo para transformá-lo em *habitat* da população e das atividades humanas (MOREIRA, 1999). Historicamente, a concepção de meio ambiente urbano compreende ainda a articulação de quatro aspectos fundamentais.

O primeiro aspecto trata do seu caráter *físico*, correspondendo ao resultado material da ação humana sobre a natureza, sendo esta já transformada pelo trabalho social, o que envolve estratégias e táticas, tecnologia e forças produtivas, entre outras características típicas da ação humana sobre o meio ambiente.

O segundo, diz respeito ao *biológico*, ou seja, aos entes bióticos, constituindo a idéia de natureza dentro de uma perspectiva histórica de ocupação do território: a cidade é entendida como "segunda natureza" pela forma de utilização dos elementos naturais enquanto "recurso" e enquanto "suporte" para as atividades humanas, constituindo-se a arquitetura numa das maneiras de organização do espaço urbano.

O terceiro e importante aspecto é o que se entende por *interconexões*: trata-se dos fluxos que permitem a relação articulada dos diversos objetos criados ou implantados pela ação humana. Trata-se da própria rede inter e intra-urbana, que permite a troca de mercadorias, pessoas e capital.

O quarto aspecto compreende a *dimensão humana* do meio ambiente, ou seja, o espaço humanizado, a cultura, as relações sociais, mitos e símbolos. A produção do espaço urbano encontra-se relacionada a seus agentes modeladores, incluindo neste escopo o Estado, os incorporadores, os usuários, enfim todos os grupos representantes da sociedade civil que atuam na organização e estruturação da cidade a partir de suas práticas sócio-espaciais.

Entende-se, portanto, meio ambiente urbano como um complexo e dinâmico sistema, indissociável de objetos e ações, historicamente construído e caracterizado pelos seus componentes físicos, biológicos e humanos, articulados entre si através de um sistema de fluxos, estando em permanente processo de transformação.

Vale lembrar que, dentro da dimensão humana do meio ambiente, as pessoas o apreendem de forma distinta e nem mesmo limitam-se simplesmente às normas de uso e ocupação formalmente nele inscritas: elas adquirem pontos de vista específicos, de acordo com seu conjunto de valores, expectativas e rotinas. A esse processo complexo de experiências e ajustes, Bourdieu (1989) denomina de *habitus*, ou seja, práticas humanas responsáveis pela autonomia relativa dos grupos em relação a determinações externas do presente imediato. Tais práticas sociais constituem-se em importantes indicadores de planejamento e ordenamento territorial, visto que se trata de ações e preferências de grupos, possuindo conteúdo cultural revelador dos níveis de organização e de entendimento da realidade a partir do local. A arquitetura, enquanto elemento componente destas ações e reações pertinentes ao ambiente urbano, compõe um importante elo entre os signos formalmente inscritos no espaço e o *locus* das práticas cotidianas (CERTEAU, 1994), levando a pensar que projetar a arquitetura ou estabelecer nexos de desenho urbano é participar das alterações deste meio não apenas no sentido formal, mas também

comportamental, possibilitando apreensões de vida, adaptações de espaços e modos de convívio que são particulares a certas comunidades.

Algumas ressalvas tornam-se necessárias antes de abordar outros aspectos relativos às cidades e seus territórios. Em primeiro lugar, o conflito entre os pressupostos antropocêntricos de uso e exploração dos recursos ambientais típico da Modernidade constitui-se em uma das bases da crítica aos processos de desenvolvimento recente. São diversos os exemplos de degradação ambiental gerada pelo intenso processo de construção nas cidades, sem a devida observação dos elementos ambientais, sociais e culturais ali anteriormente existentes. Léfèbvre (1976) já estabelecia uma distinção entre Sociedade e Natureza, como um contexto dado àquilo que se pode denominar de "segunda natureza" - a espacialidade transformada e socialmente concretizada que emerge da aplicação do trabalho humano deliberado:

O espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. (...) O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. (...) É um produto repleto de ideologias (LÉFÈBVRE, 1976, p. 31).

Em segundo lugar, há uma linha móvel que limita os espaços ditos "naturais" do meio urbano e suas áreas de expansão. A atual forma de apropriação da natureza tem variado de acordo com a localização do espaço no contexto urbano e com as possibilidades de incorporações de discursos do capital imobiliário. Do complexo elenco de experiências e intenções de projeto arquitetônico, cada espaço vai assimilar o discurso mais adequado às suas demandas, convicções e necessidades, assumindo uma forma própria, particular, que depende não apenas do arquiteto, mas dos usuários que vivenciam a cidade no seu dia-a-dia.

3. Entre meio ambiente urbano, técnica e tecnologia. Produzindo e consumindo territórios

O desenvolvimento capitalista, (...), tem que negociar um caminho muito estreito entre a preservação dos valores de troca dos investimentos de capital passado, no meio ambiente construído, e a destruição do valor desses investimentos, a fim de abrir um novo espaço para a acumulação. No capitalismo, portanto, há uma luta perpétua em que o capital constrói uma paisagem física apropriada à sua própria condição, em determinado momento de tempo, simplesmente para ter que destruí-la, geralmente durante situações de crise, num momento posterior de tempo. O fluxo e refluxo temporal e geográfico do investimento no meio ambiente construído só pode ser entendido em termos desse processo (HARVEY, 1978, p. 124).

A técnica, no dizer de Santos (2004), constitui-se no domínio do conhecimento e da informação acumulados que permite os saltos de desenvolvimento do conjunto da sociedade (DUARTE, 1999) e que, na atualidade, pode ser chamada de *técnica científico-*

informacional. Por *técnica* entende-se, para além da tecnologia (que diz respeito muito especificamente a instrumentais específicos de determinados grupos sociais), conjuntos de modos sociais de uso e apropriação do meio ambiente, através dos quais o ser humano realiza sua vida, coletiva ou individualmente, produz e reproduz o espaço, imprime suas marcas na história humana.

É na cidade que os exemplos das manifestações registradas ao longo do tempo têm se demonstrado: as transformações da sociedade em suas diferentes dimensões: sociais, políticas, econômicas, entre outras de forma mais impactante, nas suas materialidades, ou seja, no espaço construído a partir dos atributos instrumentais e tecnológicos da sociedade contemporânea. As técnicas incluem não apenas a materialidade que as conforma, mas também a organização e regulação do espaço. Elas definem em cada época, em cada momento histórico, uma forma e uma distribuição do trabalho e da sociedade:

por essa razão a redistribuição do processo social não é indiferente às formas herdadas, e o processo de reconstrução paralela da sociedade e do território pode ser entendido a partir da categoria de formação sócio-espacial (SANTOS, 2004, p. 55).

A tecnologia se instaura a partir do planejamento e da transferência de um determinado conhecimento e de sua conseqüente instrumentalização. Assim, instrumentos tecnológicos são por si mesmos inativos, suas potencialidades dependem de quem os opere. As novas tecnologias, portanto, incorporando o espírito do tempo contemporâneo, são geradoras de um universo particular, um espaço/tempo próprio, que necessita das redes e do território para sua legitimação e expansão (DUARTE, 1999). Esta dimensão, de fato, torna-se mais facilmente legível através das diversas e complexas ações dos diferentes agentes que compõem a sociedade, ou seja, através de suas práticas espaciais, aqui definidas como o conjunto de ações espacialmente localizadas que podem ocorrer de modo combinado, impactando e alterando o espaço no todo ou em suas partes, ou mesmo preservando-o em suas formas e interações espaciais.

Na observância dos objetos construídos, territorializados e do espaço urbano que os envolve é preciso atentar para os elementos que reforçam a dinâmica da cidade, verificáveis através de alguns aspectos:

- i) **as técnicas que se tornaram territórios, incorporadas ao solo** (tais como: ferrovias, hidrelétricas, telecomunicações); dizem respeito a "sistemas territoriais" que fazem parte da organização e da articulação da rede urbana. Estas técnicas-territórios reforçam o papel das cidades ou mesmo dos objetos arquitetônicos em específico, seja enquanto nó (espaços de fixação), ou enquanto linha (espaços de transição, de passagem), podendo estar articuladas e, sem as quais dificilmente seria possível integrar-se à dinâmica urbana;
- ii) **os objetos técnicos ligados à produção** (veículos, edificações com usos específicos). Tais objetos dizem respeito aos fluxos, ou seja, o sistema de ações, conforme assinala Santos (2004), decorrentes das tomadas de decisões em

diversos níveis pela sociedade. São elementos, visíveis ou não, que deixam vestígios transitórios no espaço urbano, mas que tendem a vincular-se ao movimento cada vez mais acelerado das cidades contemporâneas. Tais elementos, como veículos, a informação em si, a decisão, encontram na cidade temporalidades distintas e é com esse amplo leque de ritmos que a arquitetura precisa dialogar;

iii) a sofisticação da mudança da técnica à tecnologia na sociedade capitalista.

Desde a Revolução Industrial, as inovações tecnológicas e a organização dos espaços em favor das novas necessidades urbanas permitiram, em primeiro lugar, a criação projetual, ou seja, a necessidade de uma pessoa capaz de prever a utilização dos novos referenciais tecnológicos capazes de traduzir espacialmente as necessidades correntes. Na sociedade contemporânea, é possível a utilização de técnicas tradicionais, associadas a outras, inovadoras, de acordo com as especificidades do projeto.

Todos estes aspectos estão voltados para o aumento da eficácia, a divisão, e a especialização do trabalho e dos novos territórios urbanos, como loteamentos, por exemplo. É desse modo que um território urbano condiciona a localização dos atores e é por eles condicionado, constituindo-se assim na construção dialética da paisagem urbana. Justificam-se, dessa forma, as preocupações presentes na atualidade para com o entendimento das diferenciações socioespaciais e para o novo dinamismo das suas relações, que têm norteado a busca das interpretações do espaço urbano e arquitetônico através do entendimento do território e da complexidade que o constitui, assim como as territorialidades que o alimentam.

Ribeiro (2003, p. 21) alerta para a tendenciosa construção de paradigmas a partir de situações enfatizando excessivamente a conjuntura posta em estudo em detrimento de uma perspectiva que seja mais "cuidadosa das singularidades dos lugares e da historicidade dos sujeitos sociais, assim, como, da natureza trans-escalar do poder. É a compreensão desta natureza do poder que permite desvendar tanto estratégias como arranjos de forças sociais", o que tende a se constituir num ponto de partida para as metodologias de alcance das realidades locais e regionais.

4 Considerações finais

A configuração territorial dos espaços urbanos revela imbricadas relações, alterando-se de forma rápida e contínua. A técnica, como foi dito, constitui-se em fruto da reflexão e da ação humana cooperada para evidenciar os valores vinculados a uma sociedade. A cidade, enquanto foco histórico das técnicas humanas, principalmente na sociedade capitalista, contém em si tradicionalmente o centro da produção e difusão da racionalidade, agregando diferenças sócio-espaciais historicamente construídas, ao mesmo tempo em que concentra os indivíduos com seus afetos, dúvidas, sentimentos, os quais se manifestam através de seus comportamentos ou de suas expressões espaciais construídas visíveis em seus territórios particulares.

Os territórios existentes no espaço urbano, assim, através de suas múltiplas facetas, revelam as complexas articulações, conflitos e formas distintas de atribuição de valores, revelando, a necessidade da contribuição de distintos olhares dos mais diversos campos disciplinares para uma maior aproximação de sua complexidade. Esta diversidade apresenta-se, em grande parte, nas múltiplas territorialidades dotadas de temporalidades específicas aos grupos sociais que as vivenciam cotidianamente e, ainda assim, adaptadas às condições exigidas pela contemporaneidade.

5. Referências

- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- DUARTE, F. *Arquitetura e tecnologias de informação: da revolução industrial à revolução digital*. São Paulo: FAPESP/Editora da UNICAMP, 1999.
- GOMES, P. C. da C. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 1976.
- SANTOS, M. *A Natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.
- ANDRADE, M. C. de. *A questão do território*. Recife / São Paulo: Ipespe / Hucitec, 1995.
- BAREL, Y. *Le social et ses territoires*. In: AURIAC, F. & BRUNET, R. (orgs). *Espaces, jeux et enjeux*, Paris: Fayard, 1986
- BRUNET, R. *Le territoire dans le turbulence*. Montpellier: Reclus, 1990.
- CARA, R. B. *Territórios de lo cotidiano (puntos de partida para la reflexión*. In: MESQUISTA, Z. & BRANDÃO, C. R. (orgs.) *Territórios do Cotidiano - uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre / Santa Cruz do Sul: UFRGS / UNISC, 1995.
- CORREA, R. L. *Corporação, práticas espaciais e gestão do território*. In: *Revista Brasileira de Geografia*, 54(3): 115-121. Rio de Janeiro. p. 116-119, 1992.
- COSTA, R. H. *Gaúchos no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade*. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo, 1995.
- GEIGER, P. *Des-territorialização e espacialização*. In: SANTOS, M. et al. (org.) *Território-Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- Le BERRE, M. *Territoires*. In: BAILLY, A. (org.). *Encyclopédie de Géographie*. Paris: Economica, 1983.
- LEBOURGNE, D. e LIPIETZ, A. *O pós-fordismo e seu espaço*. In: *Espaço e Debates*, nº 25, p. 12-29, 1988.

- LEBORGNE, D. & LIPIETZ, A. Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. In: VALLADARES, L. & PRETECEILLE, E. *Reestruturação urbana - Tendências e desafios*. São Paulo/Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ, 1990.
- MELLO, J. B. F. de A cidade dos Homens - algumas interpretações humanísticas sobre o urbano. In: *Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro. 1993.
- SENECAL, G. Aspects de l'imaginaire spatial: identité ou fin des territoires?. In: *Annales Géographiques*, nº 563, 1992.
- STORPER, M. A industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo. In: VALLADARES, L. & PRETEICELLE, E. (coord.) *Reestruturação urbana - Tendências e desafios*. São Paulo/Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ, 1990.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1980.
- RATZEL, F. (1898-1899). El territorio, la sociedad y el Estado. In: MENDONZA, J. et al. (org.). *El pensamiento geográfico*, Madrid, Alianza, 1982, p. 200.
- RIBEIRO, A. C. T. Paradigmas e tendências nos estudos urbano-regionais contemporâneos. In: ACUÑA, C. & RIELLA, A. *Território, sociedade y región: perspectivas desde el Desarrollo Regional y Local*, Montevideu: Universidad de La Republica/Imprenta Rosgal, 2003
- SCHUTZ, A. *Fenomenologia e relações sociais*. Zahar: Rio de Janeiro, 1979.
- TUAN, Yi-Fu. *Topófilia*. São Paulo: Difel, 1984.
- VERNA, C. L. Tecnologias dominantes, difusión de innovaciones y espacios tecnológicos. *Revista EURE*, vol. XXII, nº 65, p. 65-79, 1996.

Recebido para publicação em 07/10/2005

Aceito para publicação em 21/12/2005